

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

O DEBATE SOBRE TRANSGENERIDADE E SERVIÇO SOCIAL

EROS ROSADO PEREIRA DE SOUZA¹

KÉSIA SILVA TOSTA²

TAINÁ BRITO DA SILVA³

LUIZ ISMAEL PEREIRA⁴

DÉBORA FERNANDES PESSOA MADEIRA⁵

RESUMO

Este artigo é fruto de uma pesquisa de iniciação científica na Universidade Federal de Viçosa sobre a transgeneridade no Serviço Social, em diálogo com o transfeminismo brasileiro. O estudo, realizado entre 2023 e 2024, analisou a produção científica do Serviço Social entre 2011 e 2022, focando em gênero e transgeneridade. Utilizando uma abordagem quanti-quali, foi realizada uma revisão sistemática da literatura através da plataforma Periódico CAPES, resultando na seleção de seis artigos. O objetivo principal deste estudo foi examinar como a transgeneridade é abordada no Serviço Social e quais aportes teóricos e metodológicos são utilizados. Especificamente, buscou-se compreender e contrastar as conceituações de sexo e gênero na literatura do Serviço Social com as do transfeminismo, além de analisar as contribuições do transfeminismo para o campo. A pesquisa foi capaz de gerar reflexões sobre como a perspectiva transfeminista pode influenciar a prática dos assistentes sociais.

Palavras-chave: Transgênero. Travesti. Transfeminismo. Assistente Social. Serviço Social.

ABSTRACT

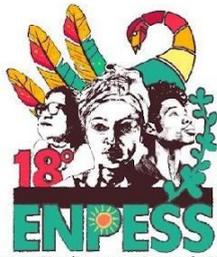
¹ Universidade Federal de Viçosa

² Universidade Federal de Viçosa

³ Universidade Federal de Viçosa

⁴ Universidade Federal de Viçosa

⁵ Universidade Federal de Viçosa



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

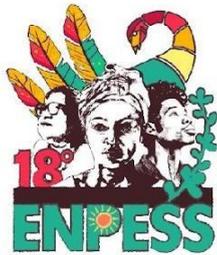
This article is the result of scientific initiation research at the Federal University of Viçosa on transgenerness in Social Services, in dialogue with Brazilian transfeminism. The study, carried out between 2023 and 2024, analyzed the scientific production of Social Services between 2011 and 2022, focusing on gender and transgenerness. Using a quanti-quali approach, a systematic review of the literature was carried out through the Periódico CAPES platform, resulting in the selection of six articles. The main objective of this study was to examine how transgenerness is approached in Social Work and what theoretical and methodological contributions are used. Specifically, we sought to understand and contrast the conceptualizations of sex and gender in Social Work literature with those of transfeminism, in addition to analyzing the contributions of transfeminism to the field. The research was able to generate reflections on how the transfeminist perspective can influence the practice of social workers.

Keywords: Transgender. Travesti. Transfeminism. Social Worker. Social Service.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem origem na pesquisa de iniciação científica intitulada *Serviço Social e Gênero: colocando em perspectiva a teoria crítica sobre os estudos de gênero em diálogo com transfeminismo brasileiro* escrita e aprovada em 2023 com duração até 2024 na Universidade Federal de Viçosa. Portanto, tem-se como objeto de estudo a produção científica sobre a transgeneridade no Serviço Social, sendo analisado nestes os temas: gênero e transgeneridade. O projeto foi motivada pelas diferentes compreensões dos marcadores citados pelo feminismo materialista e pelo transfeminismo, observado a partir das obras *Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social* (2018), de Mirla Cisne Álvaro e Silvana Mara Morais dos Santos, e *Transfeminismo* (2021) de Leticia Carolina Nascimento.

Esse trabalho possui abordagem quanti-quali, a partir da realização de uma revisão sistemática da literatura autônoma da produção científica do Serviço Social acerca do tema da transgeneridade. Foi selecionado um período de 11 anos, de 2011 a 2022, escolhido em razão do marco jurídico quanto à defesa da orientação sexual e identidade de gênero da população



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

LGBTQIAPN+⁶; da portaria Nº 2.836 do Ministério da Saúde; da ascensão do transfeminismo pelo ciberativismo e na academia brasileira, dentre outros.

A revisão foi realizada através da plataforma Periódico CAPES a partir da seleção de descritores e critérios de inclusão e exclusão dos artigos, chegando a uma amostra final de seis artigos. Pretendemos, com a análise dos textos selecionados e a literatura sobre gênero e transexualidade, responder aos seguintes questionamentos: como, no campo do serviço social, a temática da transgeneridade tem sido estudada e a partir de quais aportes teóricos e metodológicos? As pesquisas produzidas se mostram capazes de orientar a prática profissional e provocar a reflexão teórica a respeito da sociedade em que desejamos viver?

Este trabalho tem por objetivo analisar a abordagem da transgeneridade pelo Serviço Social brasileiro a partir da análise das produções científicas desta categoria profissional. A partir do referencial teórico transfeminista pretende-se encontrar lacunas tanto na teoria quanto na prática profissional.

Os objetivos específicos do trabalho são: compreender os sentidos atribuídos aos marcadores sexo e gênero na literatura do Serviço Social; constatar os sentidos de sexo e gênero na literatura do Serviço Social com a conceituação transfeminista de gênero; analisar quais são as especificidades e contribuições da literatura transfeminista para os estudos de gênero no Serviço Social; avaliar de que modo a perspectiva transfeminista acerca das questões de gênero pode gerar reflexões para a prática profissional dos assistentes sociais. Para alcançar esses objetivos, o trabalho se estruturou em duas sessões. A primeira expõe os dados coletados na pesquisa feita no portal de periódicos Capes, a segunda refere-se à análise dos conceitos e aportes teóricos encontrados na literatura transfeminista e relacionada ao serviço social.

2 RESULTADOS

2.1 Apresentação: o debate nas revistas científicas sobre transgeneridade e Serviço Social

A pesquisa analisou a produção científica do Serviço Social a respeito da temática da transgeneridade em um período de 11 anos, de 2011 a 2022. Os filtros utilizados foram: estar disponível online, ser revisados por pares, de acesso aberto e em português. Os critérios de inclusão foram: ser escrito por ao menos um assistente social, corresponder aos descritores da

⁶Ao nos referirmos à população não-heterossexual, transgênero e intersexo utilizaremos a sigla LGBTQIAPN+ por entender que esta é a nomenclatura atualizada que temos até a presente data. Cabe salientar que cada letra da sigla corresponde a uma identidade política em busca de visibilidade e reivindicação de direitos e mudanças estruturais, conforme Ferreira (2018).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

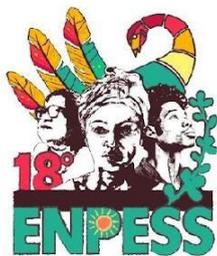
busca, após aplicação dos filtros discutir o tema da pesquisa, pela leitura das palavras-chave e resumo. Do contrário, foram excluídos. A população inicial era composta por 1.673 artigos, após aplicação dos filtros foram reduzidos a 449 e por fim, com os critérios de inclusão e exclusão, restaram 6 artigos.

Os descritores utilizados no campo assunto foram serviço social *ou* assistente social. Já no campo título foram pesquisados transexualidade *ou* transfeminismo *ou* transgênero *ou* transvivência *ou* transativismo *ou* travestilidade *ou* transmasculinidade *ou* transfeminilidade *ou* travestigênera *ou* não-binária *ou* não-binariedade *ou* transgeneridade *ou* diversidade sexual *ou* diversidade de gênero *ou* relações sociais de gênero *ou* relações sociais de sexo.

As obras foram publicadas em 2018 (67%) e em 2022 (33%) demonstrando ser uma temática recente no debate da categoria, além de incipiente, dada a quantidade de artigos coletados. Foram produzidas por ao menos uma assistente social: temos 8 ao todo, das quais 4 possuem graduação em Serviço Social, uma com graduação e mestrado, outra com graduação e doutorado e por fim, duas com graduação, mestrado e doutorado em Serviço Social, demonstrando diferentes graus de formação. Cada texto aborda diferentes reflexões a respeito de gênero e transgeneridade e pode oferecer diferentes contribuições ao Serviço Social. Estão dispostos no quadro abaixo que será utilizado para referenciar os artigos no decorrer do trabalho.

Quadro 1. Textos coletados e analisados na revisão de literatura (Nf).

| Nº | Ano | Título | Autores(as) | Revista | Palavras-chave |
|----|------|---|--|----------------------------|---|
| 1 | 2021 | O trabalho do/a assistente social no atendimento à população transgênero e travesti | Bárbara Cristina Silva Pereira e Silse Teixeira de Freitas Lemos | Serviço social e sociedade | Trabalho; Assistente Social; Transgênero; Travesti. |
| 2 | 2021 | Feminismos, transfeminismos e práxis sociopolítica na marcha mundial das mulheres/Brasil | Maria Helena Santana Cruz e Ana Paula Leite Nascimento | Práxis educacional | Feminismos; Práxis sociopolítica; Transfeminismos. |
| 3 | 2018 | Transgressões de gênero: aplicabilidade da lei maria da penha e as demandas de mulheres travestis e transexuais | Lucas Moraes; Maria Do Socorro Osterne | Ambivalências | Identidade; Poder; Lei Maria da Penha; Travestis; Mulheres Trans. |
| 4 | 2018 | A Inscrição do Feminino no Corpo Travesti: a trajetória das transformações da travestilidade de Renata. | Francisco Elionardo de Melo Nascimento | História e Cultura | Trabalho; Assistente Social; Transgênero; Travesti. |



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

| | | | | | |
|---|------|--|--|---|---|
| 5 | 2018 | Diversidade de gênero e acesso ao Sistema Único de Saúde | Breno de Oliveira Ferreira; José Ivo dos Santos Pedrosa; Elaine Ferreira do Nascimento | Revista Brasileira em Promoção da Saúde | Acesso aos Serviços de Saúde; Assistência à Saúde; Diversidade de gênero; Inclusão; Minorias Sexuais. |
| 6 | 2018 | Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva | Silvana Marinho | Revista Katálysis | Capitalismo; Diversidade de gênero; Identidade trans; Patriarcado. |

Fonte: elaborado pelos autores

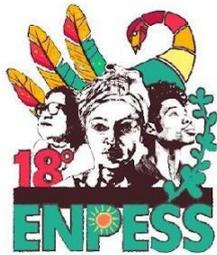
Quanto aos objetivos e metodologias de cada trabalho, pode-se sintetizar que o artigo 1 busca analisar os desafios e as possibilidades de trabalho do Serviço Social para com a população trans*⁷ e travesti, a partir da conceituação de discussões basilares sobre gênero e da análise do material produzido pela categoria a respeito de transgeneridade e trabalho do assistente social. Em razão disso, artigo analisado se constrói metodologicamente enquanto revisão sistemática da literatura. O artigo 2, por sua vez, aborda a apresentação da história do movimento feminista e transfeminista e suas contribuições teóricas e a práxis de sua transformação social, a partir da análise da organização da Marcha Mundial das Mulheres (MMM). O artigo em questão se estrutura a partir da revisão bibliográfica e mapeamento do ciberativismo, com análise de dados coletados das redes sociais da MMM.

O artigo 3 tem como objeto as concepções normativas do Estado sobre a população trans*, sobre como a cis-heteronormatividade⁸ - não nomeada desta forma -, o gênero e o patriarcado compõe a estrutura do Estado e seus impactos. Seu objetivo é a compreensão da inclusão tardia da população trans* e travesti na Lei Maria da Penha, se organizando a partir de pesquisa bibliográfica e análise documental de notícias virtuais envolvendo a população em questão e a legislação. Quanto ao 4º artigo, ele busca analisar e descrever a trajetória da construção do gênero da travesti Renata, para que se possa refletir sobre violação de direitos, invisibilização, violência e exclusão social. Este trabalho se organiza metodologicamente a partir de relato de Renata enquanto narrativa biográfica.

O artigo 5 problematiza o acesso e atenção integral da política social de saúde, a partir do Sistema Único de Saúde (SUS), quanto à diversidade de gênero e sexual, identificando as

⁷Utilizamos o termo com asterisco para nos referirmos à população transgênero como um todo. Letícia Nascimento (2021, p. 18) explica “é importante demarcar que o termo “trans*”, com asterisco sinaliza a ideia de abarcar uma série de identidades não cisgêneras.” Por exemplo: mulheres e homens transgênero ou transexuais, transmasculinos, travestis e pessoas não-binárias.

⁸Cisgeneridade + Heterossexualidade + Normatividade = Cis-heteronormatividade, a norma de ser heterossexual e cisgênero.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

demandas em saúde da população LGBTQIAPN+. Metodologicamente se trata de uma pesquisa exploratória e qualitativa, realizada a partir de grupos focais em unidades da Atenção Básica no Estado do Piauí. E, por fim, o artigo 6 aborda a diversidade de gênero inserida na totalidade das relações sociais, conjugando gênero e classe enquanto macroestruturas indissociáveis da sociedade capitalista brasileira. O trabalho se organiza enquanto revisão bibliográfica a partir de uma pesquisa teórica conjugando teorias pós-estruturalistas e culturalistas, com os estudos marxistas.

Observamos pontos comuns que atravessam cada material e elaboramos os seguintes tópicos para análise e discussões: a) sexo e gênero nos referenciais selecionados; b) transvivência no contexto brasileiro; c) abordagens do Serviço Social sobre travestis e transexuais.

3 DISCUSSÕES

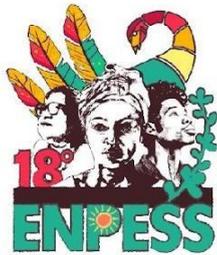
3.1 Sexo e gênero nos referenciais selecionados

A discussão sobre gênero tornou-se difusa, pouco precisa e, perigosamente, acabou ocupando espaços de maneira imprecisa e sem critério. O conceito de gênero foi pensado, inicialmente, como oposto ao sexo, na medida em que este aponta aspectos biológicos, de um lado e, de outro, o gênero expressa as questões sociais e culturais impostas às pessoas, em razão do sexo. Mas, neste trabalho, entendemos que os debates de gênero possuem, além de um viés acadêmico científico, um papel político. Scott (2012), nesse sentido, explica que:

gênero é a lente de percepção através do qual, nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino. Uma 'análise de gênero' constitui nosso compromisso crítico com estes significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e instabilidades como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos (Scott, 2012, p. 332).

A partir desse compromisso político, mas não abrindo mão da metodologia da pesquisa, é que trataremos do conceito de gênero nos estudos que abordam gênero, serviço social, transgeneridade e o transfeminismo.

O 1º artigo trata do conceito de gênero a partir da problemática do atendimento da população transgênero e travesti pelos assistentes sociais. As autoras usam referenciais teóricos feministas e, por efeito, consideram que quando o sexo é pensado a partir do binarismo feminino/masculino, homem/mulher, acabam gerando um conceito de gênero que se apoia na crítica dos papéis sociais atribuídos socialmente aos homens e às mulheres e, por efeito, as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pessoas transgêneros e travestis acabam sendo excluídas tanto do conceito de sexo, quanto do de gênero.

O binarismo de gênero pressupõe uma ideologia que afirma que homens e mulheres são radicalmente diferentes e que essa diferença está assentada no sexo biológico, portanto, imutável e inquestionável. A população trans e travesti faz parte da parcela da população usuária do Serviço Social e é fortemente afetada pelo binarismo de gênero e pelo conservadorismo das relações sociais (CFESS, 2016). Aqueles que se reconhecem dentro da transgeneridade [...] sofrem com as consequências de uma sociedade cisgênera, heterossexista e patriarcal (Pereira; Lemos, 2021, p. 531).

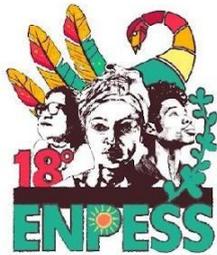
Nesse trecho, as autoras deixam claro como os marcadores sexo e gênero são construídos socialmente e não a partir dos aspectos biológicos do sujeito. Além disso, demarcam que a existência do padrão cisgênero, heterossexual e patriarcal provoca uma exclusão das pessoas transgênero. As autoras apontam para a necessidade de uma visão crítica e materialista da “questão de gênero” exatamente em favor de acolher a todos integralmente, inclusive as pessoas transgêneras que acessam os serviços da assistência social e saúde.

O artigo 2 explora uma abordagem histórica do feminismo, a partir da perspectiva das três ondas do feminismo e, tratando da terceira onda, introduzem a crítica de Judith Butler. Nesse sentido, coadunando com o 1º artigo, as autoras entendem que o sistema binário de gênero exclui os corpos dissidentes das pessoas transexuais e travestis. Elas mencionam que:

o gênero é fluido, não estável, não binário, performativo e criado pela repetição de atos, que dão a ilusão de uma identidade natural. O sexo/sexualidade como o gênero também é considerado como um produto social construído, em uma correspondência específica a da heteronormatividade, pautada na finalidade reprodutiva da sexualidade (Cruz; Nascimento, 2021, p. 368).

Há uma questão polêmica quanto à existência de uma quarta onda feminista, mas, independente da sua existência ou não, apontam Cruz e Nascimento (2021) que as discussões recentes sobre o gênero problematizam a transversalidade e a interseccionalidade. Sobre este conceito, existe menção à autora que cunhou o termo, Kimberlé Crenshaw. A interseccionalidade, todavia, tem sido estudada para além da sua designação inicial, como uma ferramenta que permite sim vislumbrar os marcadores classe, raça e gênero, que se inter cruzam, mas no sentido de dar visibilidade ao fato que, mesmo reconhecendo os marcadores que diferenciam as mulheres, se não for derrubada a universalidade a partir da qual a categoria gênero foi constituída, as desigualdades permanecem latentes.

Cabe dialogar o conceito de interseccionalidade a partir das críticas decoloniais de gênero, que identificam a colonialidade como elemento histórico que amplia as desigualdades. Apesar de haver o reconhecimento das diferenças entre os marcadores sociais, permanece-se construindo lutas e propostas por direitos a partir das demandas das mulheres brancas, como se elas fossem



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

universais. Segato (2012) classifica essa narrativa feminista como feminismo eurocêntrico e explica:

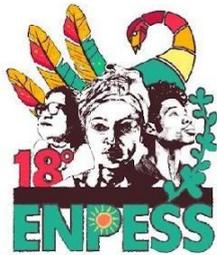
o problema da dominação de gênero, da dominação patriarcal, é universal, sem maiores diferenças, justificando, sob a bandeira da unidade, a possibilidade de transmitir às mulheres não brancas, indígenas e negras, dos continentes colonizados os avanços da modernidade no campo dos direitos. Sustenta, assim, uma posição de superioridade moral das mulheres europeias ou eurocentradas, autorizando-as a intervir com sua missão civilizadora-colonial / modernizadora. Esta posição é, ao mesmo tempo, a-histórica e anti-histórica, porque encerra a história dentro de um cristal de tempo lentíssimo, quase estagnado, do patriarcado e sobretudo encobre a virada radical introduzida pela entrada do tempo colonial / moderno na história das relações de gênero (Segato, 2012, p. 116).

Neste aspecto, a discussão transfeminista acerca do gênero se aproxima da crítica decolonial, já que o questionamento se encontra no ponto de referência para a construção das políticas sociais e para as demandas dos serviços públicos. Pode até existir, no discurso, o reconhecimento das desigualdades vivenciadas pelas pessoas transgênero, mas se a referência prática continuar sendo o corpo da mulher branca e do homem branco, os corpos adjetos continuarão excluídos.

O 3º artigo trata da inclusão tardia das mulheres transexuais e travestis no campo de aplicação da Lei Maria da Penha, a partir da crítica patriarcal e de gênero, que naturaliza e constrói um feminino biologizante. O questionamento que se faz, a partir da narrativa decolonial é a seguinte: será que a inclusão das pessoas transexuais no campo de proteção jurídica, dentro da demanda por direitos, é suficiente para a inclusão das pessoas trans* no sistema de justiça? Se o olhar do poder judiciário, ou de outros equipamentos públicos, para as desigualdades de gênero se der a partir das reivindicações por direitos do feminismo eurocêntrico, as mulheres brancas ainda permanecerão sendo a referência para construção das políticas públicas e, neste viés, as desigualdades permanecem. Desse modo, as pautas identitárias e as reivindicações transfeministas e decoloniais devem visar a desconstrução da centralidade do feminismo eurocêntrico e cis-heteronormativo.

O desafio de colocar a travestilidade em uma sociedade que somente reconhece corpos binários femininos e masculinos ainda é grande e isso não apenas nos serviços públicos, mas nos lugares todos que se ocupam. Conforme considerações do 4º

Nota-se que a transgressão às normas de gênero e de sexualidade condena as travestis a estigmatizações e violências na família, na rua, no bairro, em casa, na escola, na prisão, entre outros múltiplos espaços sociais. Trata-se de sanções em decorrência da violação as normas de gênero e de sexualidade impostas ainda na infância com o intuito de construir corpos masculinos e femininos em conformidade com a genitália dentro de um sistema binário (Nascimento, 2018, p. 226-227).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Como corpos abjetos, pessoas transgênero passam por violências que podem se expressar por violações de seus corpos, mas, para além delas, de maneira permanente, os corpos são violentados com os olhares, com perguntas que violariam a intimidade de qualquer pessoa cis-hetero se forem feitas, mas que as pessoas se sentem confortáveis de fazê-lo para um corpo que destoia da norma instituída. É sobre isso, quando se faz uma leitura transfeminista de gênero, reconhece-se a identidade das pessoas transexuais e travestis e, ao mesmo tempo, a centralidade da existência projetada social e culturalmente para as pessoas cis-heterossexuais, brancas. Assim como as pessoas pretas, as travestis são socialmente vistas como o outro do outro, como um corpo não reconhecido, não incluído e sim excluído.

O 5º artigo trata dessa exclusão como elemento que vulnerabiliza das pessoas trans* no sistema público de saúde. Para os autores, “a identidade de gênero é um determinante de saúde que diante do estigma social vivenciado pelas travestis, pode maximizar o sofrimento físico e mental, e favorecer questões de vulnerabilidade em geral” (Ferreira, *et al*, 2018, p. 6).

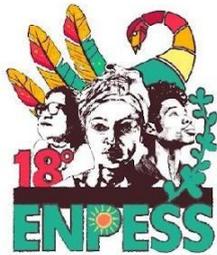
O que se percebe quanto ao gênero é que ele é um marcador social que não se opõe ao sexo, como já se pensou, mas que inclusive o sexo é generificado, socialmente construído. A determinação de que o nascimento de uma pessoa é impositivamente feminino ou masculino revela que há a construção de uma norma social sobre o corpo dos sujeitos a partir de suas genitálias e de modo binário exclui os corpos que, pela identidade ou pela sexualidade, destoam da norma.

3.2 Transvivência no contexto brasileiro

O transfeminismo enquanto teoria e prática feita por e para pessoas transgênero, vem resgatando experiências de gênero dissidentes na história do Brasil desvelando o tratamento recebido desde o período colonial. Considerado marco temporal importante pelo início da construção do Brasil, com a cultura dominante enquanto estrutura binária e hierárquica de gênero e sexualidade, o que Lugones (2014) aborda como colonialidade de gênero. Tal estrutura reproduzida socioculturalmente é marcada pela imposição da cisgeneridade⁹ e da heteronormatividade¹⁰ levando a processos de marginalização, perseguição e violência.

⁹Simakawa (2016) e Nascimento (2021) trabalham ‘cisgeneridade’ como marcador social e categoria de análise das relações desiguais entre o cisgenero - corresponde a norma binária: homem/pênis e mulher/vagina - e população trans* - transgride a norma. A mesma é pré-discursiva, antecede o sujeito e sua vontade; binária, só permite duas possibilidades de gênero; permanente, exige que haja coerência entre anatomia e identidade de gênero. “Cis” é abreviação para homem/mulher cisgênero.

¹⁰Heteronormatividade é a norma de ser heterossexual.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Oliveira (2018) resgata a história de Xica Manicongo (1591), considerada primeira travesti da história brasileira pelo movimento transgênero. Perseguida por sua transgressão à cis-heteronormatividade desde sua escravização no território angolano, Xica foi forçada a abandonar sua identidade feminina, que era também um traço cultural, sob pena de morte após ser denunciada à Santa Inquisição. As Cudinas, identidade indígena semelhante às travestis e mulheres trans* contemporâneas, foram retratadas pela primeira vez em 1587. Em 1711, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia previam “multa de 100 cruzados ao homem que se vestisse em traje de mulher” (Oliveira, 2018, p. 169).

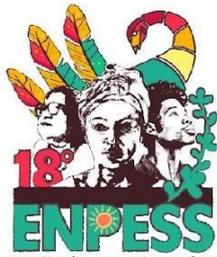
Esses aspectos culturais e históricos são relevantes para compreender como a colonialidade se deu no Brasil e, dentre os corpos excluídos, estão os das pessoas transgêneras. Para além disso, é importante o fato de que ao identificar os corpos excluídos, identifica-se, por efeito ricochete, os protegidos. Vamos tratar, portanto, de alguns fatos históricos que vão determinando a (r)existência da população trans*.

A epidemia do vírus HIV/AIDS¹¹ cujo primeiro caso no país é datado de 1980, segundo a Fundação Oswaldo Cruz, é um marco recente. Cavalcanti, Barbosa e Bicalho (2018) dissertam em *Os tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização* sobre a operação policial de caça às travestis, legitimada pelo estado e ocorrida em resposta à proliferação do vírus HIV/AIDS. Criou-se pânico moral pelo discurso científico, religioso e midiático, desencadeando estigma e discriminação, além de novas ações violentas legitimadas pelo Estado. Houve a relação entre a produção de ódio e a autorização coletiva de extermínio pela população com a garantia de impunidade pelo Estado. A motivação no geral é atrelada a um viés religioso como praga de Deus pelo pecado da sodomia, ou como crime contra a moral e os bons costumes em seu viés criminal, ou como patologia que demandava intervenção médica.

Da perseguição na época colonial à perseguição no período pós-redemocratização brasileira, houve resistência. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) é parte do movimento organizado da população transgênero e tem ganhado destaque em razão de suas ações políticas e seu caráter representativo. Anualmente lança o *Dossiê: Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras*¹² onde é possível obter dados, críticas e

¹¹Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Humana.

¹²Não há um sistema nacional de produção de dados sobre a população transgênero, como o realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os movimentos sociais possuem sua própria metodologia para a produção destes, nos permitindo uma projeção da realidade, desde que consideremos a subnotificação. A ANTRA é amparada por outros estudos nacionais e internacionais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

informativos a respeito da transvivência: como a baixa expectativa de vida, alta evasão escolar, exclusão do mercado de trabalho e alto índice de assassinatos e violações de direitos humanos.

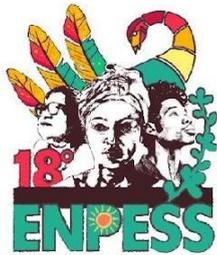
O tempo de espera e a dificuldade de acesso às políticas públicas, o predomínio da lógica binária de gênero, o desrespeito ao nome social, os episódios de preconceito, discriminação e violência, a patologização nos atendimentos, o ambiente não acolhedor, **profissionais não capacitados**, além de outras questões, são desafios que se apresentam no cotidiano da vida concreta de pessoas trans e travestis (Marinho, 2017; apud Pereira; Lemos, 2021, p. 541, grifo nosso).

Compreendendo a família enquanto estrutura responsável pela reprodução social, como aborda Cisne e Santos (2018), e conseqüentemente espaço de reprodução e imposição da cis-heteronormatividade e da correção de quais quer condutas que a violem, é nela que a infância e adolescência trans* começa a ser atravessada por inúmeras violências. A rejeição familiar traz diretamente impactos à “estabilidade educacional, econômica, patrimonial e habitacional” (Benevides, 2021, p. 38). Falamos de negligência e abandono; violências físicas, morais e psicológicas; desalojamento; vulnerabilidade econômica, insegurança alimentar e evasão ou baixo aprendizado escolar.

Segundo os dossiês da ANTRA, as experiências de pessoas trans* no ambiente escolar são atravessadas por intimidação, assédio, *bullying*, como no desrespeito ao nome social e identidade de gênero. Em razão disto, estima-se “que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-Iris/AfroReggae; apud Benevides; Nogueira, 2020, p. 32)” impactando sua inserção no mercado de trabalho, pela educação formal incompleta.

Das barreiras dispostas no ambiente familiar e escolar, às encontradas no acesso a universidades e ao mercado formal de trabalho. O pleno exercício da cidadania e a afirmação de direitos é cotidianamente negado também na medida em que no campo documental e jurídico ocorre a divergência entre o documento e a identidade de gênero. Uma documentação “inconsistente” fragiliza a possibilidade do exercício da cidadania em razão da transfobia estrutural, pela negativa do acesso à saúde, educação e trabalho.

Sobre o último, Cisne e Santos (2018) apontam em sua obra que a centralidade da sociabilidade capitalista está no trabalho. É através dele que transformamos o objeto de nossa ação e a nós mesmos; (re)criamos maneiras de atender às necessidades humanas e as emergentes do próprio processo de complexificação da sociedade e do modo produtivo; e a classe trabalhadora atende suas necessidades básicas a partir da venda da força de trabalho.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Dessa forma, o trabalho ocupa a centralidade da sociabilidade, como mercadoria vendida pela classe trabalhadora, na sociedade capitalista.

Marinho e De Almeida (2019) realizam uma pesquisa exploratória analisando trajetórias trans* no mercado de trabalho, ao passo em que analisam as recentes transformações do processo produtivo, com o avanço do neoliberalismo a partir da década de 1970 com o Consenso de Washington analisando a realidade do mundo capitalista contemporâneo com a, a nova fase de desenvolvimento e acumulação capitalista. Trabalham o mundo laboral de pessoas trans* pela metáfora do “campo minado”, no sentido de que, quando inseridas no trabalho formal, pessoas trans* vivem cotidianamente com receio da transfobia que pode colocar em risco sua fonte de renda. Quando não, terão de lidar com a desproteção do trabalho informal.

Dentre os impactos no mundo laboral, destacam o aumento do exército industrial de reserva¹³ e as “formas de trabalho flexível, como o trabalho terceirizado, precarizado, parcial, temporário, por conta-própria etc.; além de novos signos de degradação do trabalho, como o trabalho virtual e informacional” (Marinho; De Almeida, 2019, p. 115). Localizar a experiência trans* é ter em mente que por um lado temos a flexibilização, a precarização e a informalidade e por outro a intersecção entre raça, classe, gênero e cisgeneridade.

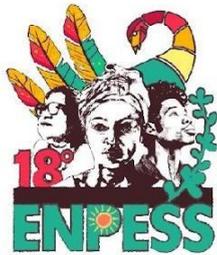
A pesquisa de Marinho e De Almeida (2019) observa que se tratando do trabalho formal, pessoas trans* entram no setor de serviços ocupando cargos desvalorizados e precários e que entre transgeneros há uma pirâmide social, na qual as travestilidades se localizam na base e nos piores empregos. Corroboram com Bonomi (2017) e Benevides (2020), afirmando que raça e classe impactam no grau de escolarização e por conseguinte na inserção no trabalho formal, se garantia de ingresso e permanência. Destacam como principal obstáculo a documentação, com ausência da retificação do nome civil¹⁴.

3.3 Serviço Social e População Trans*

Em razão da realidade social da população transgênero, podemos caracterizá-la como grupo em alta desproteção social, atravessada pela negação de direitos em saúde, educação, lazer, segurança e trabalho. As expressões da “Questão Social” são diversas e a inacessibilidade ao mercado formal de trabalho torna essa parcela da classe trabalhadora público comum dos serviços oferecidos pelos profissionais do Serviço Social.

¹³Funcional ao capital, pode ser definido como o contingente de pessoas fora do mercado de trabalho, disposto a aceitar baixa remuneração e ambientes precários para garantir uma fonte de renda e sobrevivência.

¹⁴A transição de gênero não envolve apenas o corpo, mas também um nome” (Marinho; De Almeida, 2019, p. 125)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O Serviço Social está inserido no processo de reprodução das relações sociais atuando no processo de reprodução da vida em sociedade, como nos aponta Iamamoto e Carvalho (2005). Se encontra submerso na contradição de atender simultaneamente às demandas do capital e da classe trabalhadora, para com a qual, a partir do movimento histórico da profissão de reconceitualização e renovação, adotou um compromisso e posicionamento ético-político de defesa de seus interesses.

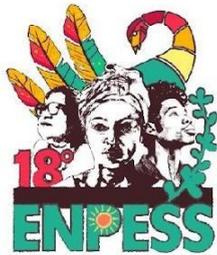
Iamamoto e Carvalho (2005) entendem que o significado da atividade profissional está diretamente ligada à reprodução das condições de sobrevivência da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que se localiza em um campo de correlação de forças subordinada às que são dominantes política, econômica e ideologicamente, se põe em um movimento contra hegemônico participando “das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, em face das suas condições de vida, dadas historicamente” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 102).

A partir de nossa análise preliminar, percebemos que há alinhamento da categoria profissional com o comprometimento com a causa da população trans* brasileira, enquanto classe trabalhadora usuária dos serviços públicos. Tal posicionamento pode ser visto na reportagem de 29/01/2023, diretamente do portal do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que discorre sobre o dia internacional da visibilidade trans emitindo posicionamentos e difundindo documentos importantes à construção de uma categoria comprometida com a classe trabalhadora transgênero, dentre eles resoluções¹⁵.

Ações ético-políticas dos conjuntos CFESS-CRESS que são respaldadas e coerentes com o Código de Ética de 1993; os Planos de Ação e das Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS de 2015; a lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662 de 07 de junho de 1993 e que estruturam o Projeto Ético-político da profissão.

As produções científicas estudadas por este trabalho contribuem para o debate a respeito da transgeneridade e suas demandas sociopolíticas de formas distintas, sobretudo por trabalharem diferentes subtemáticas da transgeneridade, como segurança no artigo 3, saúde no artigo 5, violência no artigo 1, 4 e 6, acessos no artigo 1, 3 5, movimentos sociais no artigo 2 e

¹⁵Temos a resolução CFESS 615/2011, que trata do direito ao nome social por assistentes sociais trans*; a resolução CFESS 845/2018 que diz respeito à participação do Serviço Social junto ao processo transexualizador. A resolução CFESS 489/2006 instrumento na luta contra a opressão sexual e a resolução CFESS 594/2011 que introduz aperfeiçoamentos gramaticais quanto à linguagem de gênero no código de ética. Já foram produzidos documentos de referência como o folder *Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no Conjunto CFESS-CRESS*, o caderno da série *Assistente Social no combate ao preconceito: transfobia*, e o livro *Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate*.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

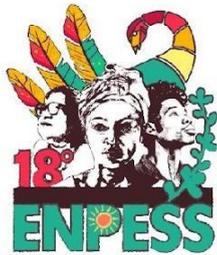
outros. A reflexão produzida contribui para a elucidação da transvivência, entendida como a realidade social que atravessa a vivência de pessoas transgêneras na sociedade brasileira em que vivemos, devendo ser caracterizada enquanto capitalista, patriarcal e fortemente desigual.

Em paralelo, as contribuições transfeministas vêm enquanto contribuição teórica e práxis social, apontando direcionamentos rumo à explicação dos fenômenos e transformação social. A partir de Nascimento (2021, p. 27), o transfeminismo tenciona a ideia de “mulher original do feminismo” e se propõe a questionar quem pode ou não ser sujeita(o) do feminismo, denunciando a complexidade do marcador gênero que atravessa a vida de pessoas cis e trans* produzindo uma cadeia múltipla de violações e opressões. O que demanda novas teorizações, como o conceito de cisgeneridade que analisa e evidencia a transfobia estrutural, institucional e individual, se somando às lutas feministas.

A produção científica sobre a transgeneridade vem sendo sinalizada por estudiosos do Serviço Social como incipiente e incapaz de dar conta de explicar e propor soluções as expressões e refrações da Questão Social vivida por pessoas trans*. O baixo número de artigos encontrados nessa pesquisa (6) que teve a cobertura de 11 anos reforça essa incipiência. Ferreira (2018) traz em seu livro *Diversidade Sexual e de Gênero e o Serviço Social no Sociojurídico* a produção científica do Serviço Social a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações através dos descritores “diversidade sexual e serviço social”; “LGBT” e “serviço social” e as identidades trans* combinadas com “serviço social” que conta com apenas 16 produções.

A mais velha é de 2006 e a mais recente de 2017 (ano anterior a publicação do livro) e estão focalizadas em quatro assuntos: saúde para pessoas trans* e travestis; as experiências sociais das travestis; diversidade sexual frente ao atendimento e a efetivação das políticas sociais pública; e uma sobre homossexualidade e velhice. Nesse recorte está incluída a diversidade sexual que não é objetivo deste trabalho, então pode-se inferir a partir da tabela 1 do autor que 8 são sobre a população trans*, sobre a travestilidade ou o processo transexualizador.

No artigo 1 analisado, também é feita a revisão integrativa da literatura sobre o tema, utilizando os descritores “Serviço Social” e “Trans”; “assistente social” e “trans”; “Serviço Social” e “travesti”, na base de dados da SciELO, Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (Redib) e o Portal de Periódicos Capes, sem critério temporal. O trabalho se propõe a pensar os desafios e possibilidades do trabalho do/a assistente social no atendimento a população trans* e travesti e teve como resultado 4 artigos. Dois são da Redib e os outros da SciELO e,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

diferente deste trabalho, não foram encontrados artigos na plataforma Capes. Apesar de se tratarem de objetos de pesquisa distintos, o tema e a metodologia usada para filtrar as pesquisas se assemelha, o que possibilita entender o 1º artigo como contribuinte deste trabalho, expandindo o escopo desta pesquisa.

Ferreira (2018) aponta para o debate tardio sobre a diversidade de gênero (e sexual) estar intimamente ligada ao passado conservador da profissão, nascida da coalizão entre Estado e igreja católica em um viés assistencialista e filantrópico. Assim como a profissão tende a aguardar a institucionalização dos fenômenos sociais, ao invés de antecipá-los e acompanhá-los. Por fim, comenta que a profissão que tem como característica produzir conhecimento majoritariamente para qualificar seu exercício profissional e na ausência de políticas públicas voltadas à população trans* acabou desconsiderando.

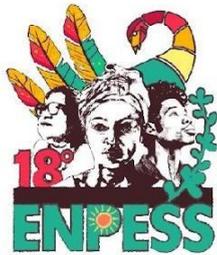
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa do Serviço Social sobre transgeneridade é incipiente e recente, logo, ainda não foi possível a sua absorção, bem como a compreensão da categoria sobre suas demandas, a proposição de reflexões teóricas e direcionamentos ao exercício profissional de assistentes sociais. Percebeu-se com o estudo dos textos que é presente a complexidade da relação entre sexo e gênero, destacando o entendimento de que ambos são construções sociais que transcendem a biologia. Os artigos analisados evidenciam a necessidade de uma visão crítica sobre a cisgeneridade e suas implicações.

O transfeminismo desafia a centralidade do feminismo eurocêntrico e cisnormativo, promovendo uma abordagem que reconhece a diversidade de experiências de gênero. No contexto brasileiro, a história das transvivências revelam um sistema marcado pelas inúmeras expressões da “questão social” perpetuado pela colonialidade de gênero.

O transfeminismo se põe como referência teórica à categoria para pensar esses processos, sendo necessária a busca de estudantes e profissionais por intelectuais transfeministas ou trans*.

O pensamento feminista materialista, visto no início da formulação desta pesquisa de iniciação científica, se apresenta como necessário na medida em que propõe o debate conjuntural, estrutural e as implicações características da sociedade do capital. A partir do transfeminismo torna-se possível orientar as ações profissionais do Serviço Social, enquanto categoria alinhada com os movimentos sociais e a classe trabalhadora. Suas pautas apontam



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

para as expressões da questão social vividas pela população trans* e o saber localizado produzido que se põe a explicar e apontar soluções a essas expressões.

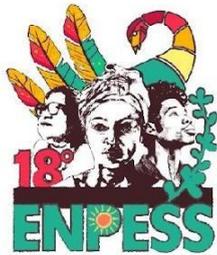
A partir dos artigos selecionados neste trabalho e na tentativa de apontar direcionamentos a categoria, trazemos algumas pautas transfeministas na tentativa de contribuir com o preenchimento de lacunas na pesquisa e na formação em Serviço Social, a partir de Jesus (2014) e Nascimento (2021). A pauta da saúde possui forte presença como objeto central da ciência do Serviço Social sobre a população trans* (Ferreira, 2018; Pereira; Lemos, 2021). Para orientar essa discussão a partir do saber localizado transfeminista temos as pautas de garantia de acesso e de despatologização.

O trabalho do assistente social, conforme aponta Ferreira (2018), deve ser emancipatório e preventivo no que tange a afirmação do direito à segurança, buscando estratégias antes, durante e após a institucionalização, sem relevar a urgência de uma situação de violência.

Desde 2019 com a aprovação da lei nº 13.935 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica e a sua respectiva inserção no espaço educacional em maior escala, os assistentes sociais dispõe de maior possibilidade de ação na garantia do direito à educação para a população trans. O Serviço Social pode se juntar através do transfeminismo em sua pauta pela defesa da infância trans* e garantia do acesso e permanência na educação intervindo positivamente pela/na instituição na busca pela prevenção da evasão escolar e a construção de um sistema público seguro.

Esta pauta é sobre reconhecer que a pessoa transgênera tem autonomia para definir e construir sua identidade, gênero e corpo frente às barreiras dispostas no ambiente legal, bancário, educacional, médico e etc. É pela emissão de documentos específicos, como a emissão de pareceres e laudos em matéria de Serviço Social, que o assistente social enquanto profissional de ensino superior com competência técnica e científica é capaz de influenciar positivamente na garantia de direitos de pessoas trans* e travestis, inclusive no processo de retificação do nome civil.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. **São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.**

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. **São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.**

BONOMI, Carolina. **Entre o laudo e a carteira: (trans)formações no mercado de trabalho?**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. [sn].

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os tentáculos da tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, p. 175-191, 2018.

CISNE, Mirla; DOS SANTOS, Silvana Mara Morais. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Cortez Editora, 2018.

CRUZ, Maria Helena Santana; NASCIMENTO, Ana Paula Leite. Feminismos, transfeminismos e práxis sociopolítica na marcha mundial das mulheres/Brasil. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 365-391, 2021.

FERREIRA, Breno de Oliveira; PEDROSA, José Ivo dos Santos; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. Diversidade de gênero e acesso ao Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 1, p. 1-10, 2018.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Diversidade sexual e de gênero e o serviço social no sociojurídico**. Cortez Editora, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. Cortez, 1982.

JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo: teorias & práticas**. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014.

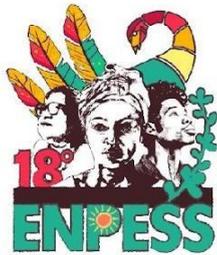
LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista estudos feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

MARINHO, Silvana. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. **Revista Katálysis**, v. 21, p. 602-610, 2018.

MARINHO, Silvana; DE ALMEIDA, Guilherme Silva. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. **Sociedade e Cultura**, v. 22, n. 1, p. 114-134, 2019.

MORAES, Lucas; DO SOCORRO OSTERNE, Maria. Transgressões de Gênero: A Aplicabilidade Da Lei Maria Da Penha e as Demandas de Mulheres Travestis e Transexuais. **Revista Ambivalências**, v. 5, n. 10, p. 157-179, 2017.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. A inscrição do feminino no corpo travesti: a trajetória das transformações da travestilidade de Renata* The registration of the feminine in the body



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

travesti: the trajectory of transformations of Renata travestility. **História e Cultura**, v. 7, n. 1, p. 221-237, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Por que você não me abraça?** reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. *Revista Internacional de Direitos Humanos: Vozes*, [S.L.], p. 167-179, out. 2018.

PEREIRA, Bárbara Cristina Silva; LEMOS, Silse Teixeira de Freitas. O trabalho do/a assistente social no atendimento à população transgênero e travesti. **Serviço Social & Sociedade**, n. 142, p. 529-548, 2021.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, 2012.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016.